

✓ Metodologias participativas em avaliação de políticas públicas: tendências e possibilidades desde uma abordagem política

Regina Claudia Laisner ¹

¹ Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

¹ São Paulo State University
"Júlio de Mesquita Filho"

¹ Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais

¹ Faculty of Human and
Social Sciences

¹ Departamento de Relações
Internacionais

¹ Department of
International Relations

Resumo: A avaliação de políticas públicas deve se abrir a interesses amplos da gestão pública, com o reconhecimento dos diversos atores da ação pública. Nesta direção, a incorporação de metodologias participativas abre espaço para que vários pontos de vista dos sujeitos envolvidos sejam considerados e de fato a gestão seja estrategicamente melhorada. O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento dos estudos e pesquisas já feitos no Brasil sob este viés. Sua intenção é reconstruir suas principais características em termos do debate crítico, observando os sentidos da participação dos beneficiários na avaliação em termos de uma abordagem política.

Palavras-chave: Avaliação participativa, abordagem política, debate crítico.

Artigo apresentado no JOINPP

EN Participatory methodologies in public policy evaluation: trends and possibilities from a political perspective

Abstract: The evaluation of public policies must open up to broad interests of public management, with the recognition of the various actors of public action. In this direction, the incorporation of participative methodologies opens space so that various points of view of the subjects involved are considered and in fact, the management is strategically improved. The objective of this work is to present a survey of studies and research already done in Brazil under this bias. Its intention is to reconstruct its main characteristics in terms of the critical debate, observing the senses of beneficiaries' participation in the evaluation in terms of a political approach.

Key-words: Participative evaluation, political approach, critical debate.

ES Metodologías participativas en evaluación de políticas públicas: tendencias y posibilidades desde un enfoque político

Resumen: La evaluación de políticas públicas debe abrirse a intereses amplios de la gestión pública, con el reconocimiento de los diversos actores de la acción pública. En esta dirección, la incorporación de metodologías participativas abre espacio para que varios puntos de vista de los sujetos involucrados sean considerados y de hecho la gestión sea estratégicamente mejorada. El objetivo de este trabajo es presentar un levantamiento de los estudios e investigaciones ya realizados en Brasil bajo este sesgo. Su intención es reconstruir sus principales características en términos del debate crítico, observando los sentidos de la participación de los beneficiarios en la evaluación en términos de un enfoque político.

Palabras-clave: Evaluación participativa, enfoque político, debate crítico.

FR Méthodologies participatives dans l'évaluation des politiques publiques: tendances et possibilités d'un point de vue politique

Résumé: L'évaluation des politiques publiques doit s'ouvrir aux intérêts généraux de la gestion publique, avec la reconnaissance des différents acteurs de l'action publique. Dans ce sens, l'incorporation de méthodologies participatives ouvre des espaces sur plusieurs points de vue des sujets impliqués dans le process. Cela ouvre la possibilité d'améliorer la gestion. L'objectif de cet article est de présenter une analyse des études et des recherches déjà effectuées au Brésil à ce sujet. L'intention est de reconstituer ses principales caractéristiques en termes de débat critique, en observant le sens de la participation des bénéficiaires à l'évaluation en termes d'approche politique.

Mots-clés: évaluation participative, approche politique, débat critique.

INTRODUÇÃO

A necessidade de avaliar a ação do Estado sempre prevaleceu, desde a modernização do aparelho do Estado, principalmente para fazer avançar este processo e também para planejar os gastos sociais com educação, saúde e outras áreas. Porém, no cenário das políticas neoliberais dos anos 1980 se põe em marcha um aprofundamento das exigências acerca da ação do Estado e sua máxima racionalização, em um contexto de “Nova Gestão Pública”, nos anos 1980, marcado pelo modelo gerencial e baseado na aplicação dos princípios do setor empresarial privado ao setor público. Neste cenário cresceram ainda mais as exigências acerca do controle do erário público, não só no sentido de racionalização do gasto público, mas também de sua diminuição, ganhando força uma série de ferramentas de análise e gestão das políticas públicas – entre elas a avaliação – como parte fundamental deste conjunto de ferramentas.

Apesar dos problemas advindos da defesa da avaliação neste cenário, e desde uma perspectiva que enfatiza a lógica do gasto público, faz-se fundamental compreender que este momento significou um avanço expressivo para seu estudo e refinamento metodológico. Um avanço que, felizmente, só vem se fortalecendo desde então, com novos aportes e novas perspectivas, em um debate cada vez mais amplo e complexo no campo das políticas públicas.

Este debate, neste formato, faz-se essencial, tanto para os gestores das políticas, como para seus próprios beneficiários, de modo a tornar-se possível avaliar os diversos efeitos das suas políticas e programas. Mas para que esta tarefa seja executada com sucesso, de acordo com o que é proposto neste trabalho, além de dedicar-se a encontrar métodos e ferramentas cada vez mais adequados e refinados, é necessário que estas reflexões sejam capazes também de abordar o sentido das avaliações como algo que, para além de um sentido técnico, tem um sentido político. As avaliações nunca são puramente técnicas e neutras e sempre, ao vincularem-se a um referencial teórico-metodológico, trazem consigo um projeto político, ainda que seja de manutenção da situação vigente. Ademais, para além de uma perspectiva de avaliação somativa, feita somente ao final do ciclo da política pública, entende-se no âmbito deste trabalho a avaliação como algo processual e que, portanto, faz-se melhor denominada pela terminologia de monitoramento e avaliação nos termos de Jannuzzi (Januzzi et. al, 2009). Esta é a tônica deste trabalho que considera que a avaliação de políticas públicas deve se vincular a um sentido amplo, democrático e de construção da cidadania.

Desde uma perspectiva política vinculada a um sentido de processo, democrático e de exercício de cidadania, a participação na

avaliação de políticas públicas exerce especial potencial, pois tem a capacidade de se abrir a interesses mais amplos dentro da gestão pública, com o reconhecimento dos diversos atores face aos objetivos da ação pública. Este reconhecimento faz-se possível a partir da incorporação de metodologias de participação para que os vários pontos de vista dos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, sejam considerados e, de fato, a gestão seja estrategicamente melhorada, desde uma abordagem política voltada para o aprofundamento da cidadania. Estas metodologias são objeto deste trabalho que se apresenta com o objetivo de fazer um levantamento dos estudos e pesquisas já feitos para a avaliação com este viés no Brasil, de modo a reconstruir suas principais características, observando rumos e possibilidades em termos de contribuição alternativa ao *modus operandi* mais tradicional, sobremaneira observando os sentidos da participação na avaliação.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE AVALIAÇÃO: POTENCIAL E DEFINIÇÃO

A aposta no modelo participativo almeja a garantia de resultados mais condizentes com a realidade daqueles sujeitos que são o alvo da política, o que se realizaria através da aproximação entre Estado e cidadão. Por isso, associa-se a participação à capacidade de gerar efeitos distributivos, quando realizada no marco de instituições incumbidas de orientar as políticas e as prioridades de alocação desses recursos públicos. Os efeitos distributivos, todavia, são apenas uma subcategoria da relação mais geral entre participação e a capacidade da sociedade de influir nas políticas públicas e, em termos mais gerais e ambiciosos, de racionalizar o exercício do poder político (Lavalle, 2011). Há um potencial muito maior em termos desta metodologia naquilo que corresponde à construção de novos formatos do fazer política.

Desde os clássicos defensores da democracia participativa, suas teses são apresentadas como vinculadas com as ideias de cooperação e de solidariedade como fundamentos de um projeto comum de sociedade. (Laisner, 2009). Isto exige,

*[...] um acordo entre os indivíduos que inclui sentimentos comuns de reconhecimento e consideração do outro
[...] Neste processo, a participação assume papel central – uma dimensão pedagógica na construção de uma democracia mais ampla. Uma dimensão no sentido de desenvolver capacidades de modo que os indivíduos*

privados se tornem cidadãos e os seus interesses se refaçam em direção ao bem-comum. (Laisner, 2009, p. 29).

Trata-se de uma *nova ordem* na qual a legitimidade democrática passa a incorporar, assim, o léxico da proximidade. Rosanvallon (2009, p. 249), embora refletindo sobre um contexto diferente, coloca bem a questão: proximidade que significa uma nova modalidade de relação entre governados e governantes, na qual:

Para estos últimos, quiere decir en ese caso estar accesibles, ser receptivos, en situación de escuchar; también significa responder a las demandas, aceptar explicarse sin ampararse tras la letra del funcionamiento institucional; implica, pues, exponerse, actuar de manera transparente bajo la mirada del público; del otro lado es darle a la sociedad la posibilidad de hacer oír su voz, de ser tomada en consideración. La proximidad evoca, en tercer lugar, una atención a la particularidad de cada situación.

Mas trata-se, para além disso, de uma ordem que aproxima os próprios cidadãos, entre eles, uma vez que os espaços de participação, também dão voz a novos atores e temas, dão visibilidade ao conflito, permitindo que se reconheçam os interesses e opiniões divergentes e propiciam aos seus participantes acesso à informação, conhecimento e poder. Trata-se da formação política de um cidadão cuja identidade social e individual se constrói e se fortalece quando em relação com os demais cidadãos e a instituição.

Desta forma, a avaliação, vista de maneira ampla como um processo de monitoramento contínuo das políticas públicas, a partir de metodologias participativas, apresenta forte potencial como instrumento estratégico de ação pública, tanto do lado dos próprios gestores públicos, com suas responsabilidades perante a sociedade, como de seu principais interessados, quais sejam, seus beneficiários, nas suas inter-relações e comprometimento uns com os outros, em um espírito de corpo, de cidadania.

Todo este potencial, deste ponto de vista, configura-se acerbado de uma perspectiva de participação exigente e profunda e que não se confunde com qualquer definição mais rápida e menos intensa. Faz-se relevante esta consideração para que, no âmbito deste trabalho, torna-se clara a definição em pauta e não se confunda participação com recursos que se vinculam a ela, mas não a esgotam.

No que corresponde a esta definição, a conhecida escala de participação de Arnstein: informação, comunicação, consulta, deliberação e decisão (1969 apud Parés, 2009), ajuda na definição que se

pretende propor. A partir dela é possível distinguir uma perspectiva mais refinada e mais de acordo aos mecanismos da visão participativa, que seguramente complementam os tradicionais mecanismos da democracia representativa, mas deles se distinguem.¹

Nesta direção, tal como Parés (2009, p. 17) consideramos que: “podremos hablar que prácticas de participación ciudadana cuando estás se sitúan en la lógica de la consulta, la deliberación o la decisión”, o que as distingue das “formas de las que basan en la información o la comunicación.” (Parés, 2009, p. 17)

Assim, as metodologias participativas, tal como as entendemos no corpo deste trabalho, requerem a existência não só de lógicas de informação ou comunicação, mas também de consulta, deliberação e decisão nos diferentes momentos das políticas e em relação às agências governamentais que as coordenam. Nesta perspectiva está contida a noção de que através da participação da sociedade civil na política é possível incorporar, de forma mais precisa, a realidade dos atores envolvidos, tanto na própria política e seus traços, como em relação ao impacto que terão em suas vidas, já que sempre uma política intervém nas vidas das pessoas.

METODOLOGIA UTILIZADA PARA O LEVANTAMENTO

A metodologia da coleta de dados para este trabalho, realizada em junho de 2017, foi baseada em artigos disponíveis à época para consulta na *internet*, em revistas voltadas à temática de Políticas Públicas. Assim, foram consultadas quatro revistas de renome nacional e que tratam do tema da avaliação: a Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação; a Revista Meta, vinculada ao Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio; a Revista de Políticas Públicas e a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Salvo no caso do primeiro periódico mencionado, foram usados como chave para a pesquisa os termos “avaliação e participação” e “participação” e foram selecionados os artigos que poderiam contribuir para os objetivos propostos, posteriormente sistematizados em um quadro síntese dos resultados.

Como a **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação** está hospedada na plataforma *issuu*, não permitindo a pesquisa por meio de palavras nos artigos, a seleção dos textos deu-se por meio de leitura integral dos textos contidos entre os números 01 e 09. Não foram considerados os textos das seções de resenhas, resumos e registros, pois não haveria tempo disponível para a localização e leitura completa de todas as dissertações ou livros que pudessem

¹ *Há tempos que estudos acerca de experiências participativas vêm se compondo, não em oposição à representação, mas como um mecanismo complementar a ela. Referência neste sentido, desde o começo dos anos 2000, é o trabalho de Boaventura de Souza Santos (2003, p.73) que já afirmava, desde então, que “[...] estas práticas buscam intensificar e aprofundar a democracia, quer reinvidicando a legitimidade da democracia participativa, quer pressionando as instituições da democracia representativa no sentido de as tornar mais inclusivas, quer ainda, buscando formas de complementaridade mais densas entre democracia participativa e democracia representativa.”*

contribuir. Tampouco foram considerados os editoriais, sendo esta decisão estendida para os demais periódicos.

A busca na **Revista Meta: Avaliação** (Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio) retornou dez resultados com o uso da primeira palavra-chave, dos quais foram selecionados três artigos para os fins deste estudo. A segunda busca não agregou substancialmente, pois a maior parte dos resultados se repetiu e os novos não se encaixavam nos objetivos. Como os resultados eram poucos, a metodologia de seleção envolveu a leitura integral de todos os textos.

Na **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, a pesquisa pelos termos “avaliação e participação” retornou quatro resultados, contudo, nenhum artigo era pertinente para compor o universo deste artigo após a sua leitura integral.

Por outro lado, a busca por “participação” retornou vinte e dois resultados e, então, optou-se por um critério de seleção diferente, baseado na leitura do título, resumo e introdução, considerando-se a quantidade de trabalhos. Assim, feita a exclusão de resultados repetidos, de textos que não versavam sobre avaliação ou que não se adequavam ao objetivo do trabalho, foram aproveitados poucos resultados. Embora muitos artigos versassem sobre a gestão democrática dos institutos educacionais e a importância da inclusão da comunidade acadêmica nas decisões, em sua maioria eram constituídos por metodologias de análises bibliográficas, sem participação da comunidade em seu sentido mais amplo (diretores, professores, discentes, pais ou responsáveis), ou não eram avaliações ou ainda eram compostas por entrevistas com apenas um setor.

Por último, a busca pelos termos “avaliação e participação” na **Revista de Políticas Públicas** retornou trinta e nove resultados, sendo que apenas alguns foram incluídos no estudo, pois a maioria não incluía a participação da população beneficiária, apenas de gestores e técnicos. Por fim, a pesquisa por “participação” teve 118 resultados, incluindo artigos que se repetiram da primeira tentativa e editoriais, não apresentando muitos resultados que se encaixassem nos objetivos iniciais.

RESULTADOS DO LEVANTAMENTO

Tendo como base a metodologia proposta, bem como o referencial teórico já apresentado, o quadro abaixo foi criado como uma forma de sistematizar os resultados encontrados.

Quadro 1 – Resultados do levantamento

Autor(es)	Título do artigo	Objetivos	Metodologia
Thomaz Chianca	Um modelo alternativo ao estudo experimental para inferir causalidade em avaliações do impacto de projetos sociais	Apresentou um estudo sobre projetos de doação de animais e capacitação de moradores rurais apoiados por uma organização não governamental internacional em vários países da América Latina, Ásia e Leste Europeu.	O autor relatou a utilização do Modelo Geral de Eliminação (General Elimination Model) de Scriven (1991), entrevistas com informantes-chave, moradores das comunidades (inclusive com reuniões abertas) e revisão documental para traçar o padrão inicial (anterior) e o atual, comparativamente. Também são entrevistadas pessoas não-pertencentes à comunidade vinculadas ao programa avaliado.
Ana Maria Carneiro; Cibele Yahn de Andrade; Stella Maria Barberá da Silva Telles	Avaliação continuada do Programa de Formação interdisciplinar Superior da UNICAMP: proposta metodológica	O artigo versou sobre a avaliação continuada do Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS) da UNICAMP, ainda em andamento.	De acordo com as autoras a metodologia consistiu em avaliações ex ante e ex post, envolvendo os principais atores em todas as fases da avaliação, desde a definição do que deveria ser avaliado, na coleta dos dados e em sua posterior análise.
Maria Pereira Novo; Júlio César Borges; Rovane Battaglin Schwengber Ritz; Júnia Valéria Quiroga da Cunha; Cristiane dos Santos Pereira; Alexandre Rodrigues Pinto.	Participação e implementação de políticas públicas diferenciadas: experiências de avaliação sobre comunidades quilombolas	O Ministério do Desenvolvimento Social contratou cinco avaliações com foco prioritário em comunidades quilombolas entre 2006 e 2011.	Foram empregados instrumentos como questionários, entrevistas, definição de grupos focais e buscando envolver técnicos do Ministério, lideranças locais, beneficiários de programas sociais e não-beneficiários.

Carolina Missorelli; Marisa Vassimon; Rosalina Soares	Mobilização e Articulação Comunitária do Canal Futura: institucionalização do monitoramento e avaliação	Versou sobre uma pesquisa exploratória avaliativa contratada pelo Canal Futura para pré-testar indicadores de resultados e verificar o alcance do canal com as organizações sociais e redes parceiras.	Foram utilizados Survey com as organizações que são parceiras do canal nos últimos dois anos (2010 e 2012) e com organizações que receberam maletas/kits com conteúdo dos programas; entrevistas em profundidade com dirigentes das redes e com especialistas temáticos; grupos focais com beneficiários locais, e painel de especialistas para analisar a qualidade e a diversidade das organizações envolvidas com as cinco causas.
Andrea Nunes da Silva; Christina Marília Teixeira da Silva	Avaliação da gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis	Avaliou a gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis, com base na legislação e no Projeto Político Institucional da instituição.	Foi feito levantamento bibliográfico, análise documental e foram aplicados questionários a 120 estudantes e professores e um roteiro de entrevista encaminhado à direção da instituição.

Cecilia Ishikawa Lariú; Juliana França Varella; Marco Antônio Carvalho Natalino; Salete Da Dalt	Avaliação qualitativa dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social: gestão, organização e implementação dos serviços socioassistenciais	O artigo trouxe os resultados de um estudo qualitativo sobre a gestão, organização e implementação dos serviços socioassistenciais fornecidos nos CREAS (Centros de Referência de Assistência Social), especialmente o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas.	A pesquisa baseou-se em análise de ambiente (40 horas) e entrevistas em profundidade com gestores, coordenadores e técnicos dos CREAS, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e em grupos focais com usuários do PAEFI e/ou Abordagem Social, escolhidos aleatoriamente a partir dos registros de atendimento.
Michele Lessa; Carmem Priscila Bocchi; Juliane Helriguel de Melo Perini; Rafaela de Sá Gonçalves	Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: o Desafio da Intersetorialidade e da Participação Social em Processos de Gestão de Políticas Públicas	Explorou o Plano Nacional de Segurança Alimentar e os órgãos que foram criados pelo Governo Federal para promover a redução da fome e da miséria no país, em especial, o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e a CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional).	Não houve descrição detalhada sobre o papel que a população ocupa neste processo, salvo pelas diversas referências à participação do CONSEA na elaboração do Plano e na elaboração dos indicadores para o monitoramento do mesmo.

<p>Marcia Paterno Joppert; Ana Cristina Matos; Rogério Oliveira; Clarice Knijnik; Sueli de Lourdes Couto; Marcia Facchina; Lenira Machado; Ada Maria Junqueira</p>	<p>Avaliação da Iniciativa Selo UNICEF Município Aprovado – uma experiência participativa com utilização de métodos mistos</p>	<p>A iniciativa analisada foi o Selo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) Município Aprovado. O Selo é uma das estratégias do UNICEF para auxiliar o governo federal e os nove estados do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo a alcançarem os objetivos e metas que haviam sido estabelecidos no Pacto Nacional Um Mundo Melhor para a Criança e o Adolescente do Semiárido (Pacto), bem como ajudar aos sete estados da Amazônia Legal na realização da Agenda Criança Amazônia (ACA).</p>	<p>Os métodos utilizados foram revisão documental, dados coletados em bases oficiais e nacionais para indicadores selecionados, dados coletados em visitas de campo em processos participativos e entrevistas semiestruturadas com gestores nacionais, municipais e estaduais, membros do UNICEF e demais stakeholders.</p>
<p>Moisés Villamil Balestro; Danilo Cortes Nolasco Marinho.</p>	<p>Programa Seguro-Desemprego: o desafio de equilibrar proteção social e eficiência econômica</p>	<p>Refletiu sobre o tripé do Programa Seguro-Desemprego para analisar a capacidade do programa de combinar proteção social e eficiência econômica.</p>	<p>Foi composta por três surveys, em âmbito nacional, com amostras probabilísticas e vários grupos focais com beneficiários do Seguro-Desemprego, egressos de cursos de qualificação profissional oferecidos no ano de 2007 e usuários do SINE (Sistema Nacional de Emprego). Além disso, foi feito um survey com empregadores cadastrados no sistema público de intermediação de mão de obra.</p>

<p>Claudia Aparecida Romero d'Ávila; Sandro Pereira Silva</p>	<p>Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais</p>	<p>Analisou alguns resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais, na modalidade “Compra com doação simultânea”, no norte do estado, com base no ano de 2008.</p>	<p>Metodologia baseada em revisão bibliográfica; levantamento de informações secundárias nos sítios eletrônicos, visitas in loco e entrevistas semiestruturadas, com gerente de operações da Superintendência Regional da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e o coordenador do PAA Leite. Foram visitados 06 municípios, tendo sido entrevistados 10 beneficiários consumidores, 07 beneficiários produtores e representantes de cinco entidades proponentes dos projetos do PAA. As entrevistas tiveram grande importância na constituição deste artigo.</p>
<p>Inalda Maria dos Santos</p>	<p>Política de financiamento da Educação e participação da escola da comunidade na gestão da escola</p>	<p>Analisou as repercussões do programa Dinheiro Direto na Escola, implantado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, no município de Camaragibe, em Pernambuco.</p>	<p>Houve breve descrição da metodologia, mas citou dados de entrevistas com representantes dos professores, da direção e dos pais, para discutir sobre os impactos que o programa em questão teve na gestão da escola e na participação da comunidade (pais, alunos, funcionários e professores) dentro da escola, segundo o princípio da gestão democrática.</p>

Fonte: Elaborada própria.

<p>Alcides Fernando Gussi, Gláucia Furtado Brasil de Almeida, Rita Josina Feitosa da Silva, Raul da Fonseca Silva Thé, Janainna Edwiges de Oliveira Pereira.</p>	<p>Avaliação de Programas de Microcrédito do Banco do Nordeste</p>	<p>Avaliação dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste (Crediamigo e Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidário), a partir de uma abordagem etnográfica. A análise enfocou as representações dos funcionários de distintos níveis hierárquicos do Banco do Nordeste e os beneficiários dos dois programas, visando formular indicadores de impacto de cada um deles.</p>	<p>Envolveu pesquisa bibliográfica sobre microcrédito, microfinanças, etc; coleta de material institucional sobre os programas, mapeamento estatístico dos programas nos bairros de Fortaleza; entrevistas qualitativas com atores institucionais; aplicação de questionários a beneficiários, com o intuito de traçar dados do perfil socioeconômico dos beneficiários e sua história e observação participante nos locais das experiências.</p>
--	--	--	---

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação, a partir de metodologias participativas, apresenta forte potencial como instrumento estratégico de ação pública e de construção e fortalecimento da cidadania, abrindo-se a interesses mais amplos, com o reconhecimento dos diversos atores face aos objetivos da ação pública. No entanto, a forma como se formulam, se implementam e se utilizam estas metodologias e seus resultados envolve uma série de questões que dependem do envolvimento dos gestores e dos produtores da política para a sua realização e efetividade; bem como abarcam questões metodológicas e normativas complexas, que envolvem a todos os que são parte dos diferentes momentos da política, como seus produtores, seus usuários diretos e a sociedade em geral.

Os trabalhos aqui levantados em quatro revistas de renome nacional e que tratam do tema da avaliação, na ótica da perspectiva proposta, ou seja, com a inserção da participação dos beneficiários nos seus processos, mostram ao mesmo tempo as potencialidades e os desafios desta perspectiva de avaliação, desde questões mais imediatas do ponto de vista técnico e operacional, aos desafios mais

amplos e que dizem respeito à própria concepção de participação, como se institui, nuances, etc.

As tentativas do uso da ferramenta já indicam um enorme avanço no campo da avaliação, uma vez que se abre para o exercício de algo que, apesar de cada vez mais propalado e defendido, não se faz como algo usual e recorrente no campo das Políticas Públicas. Neste sentido, não há tanta disponibilidade de ferramentas refinadas, testadas e aprovadas que possam apresentar suporte a estas tentativas. Ainda assim, seguem os esforços de elaboração destas ferramentas e alguns dos artigos assim o demonstraram: uma preocupação em sua elaboração e refinamento, não só nas avaliações ao final da implementação das políticas, a partir de suas ações e programas, mas também com tentativas de desenhos mais amplos, aos moldes de monitoramentos contínuos, como no caso de alguns artigos elencados no levantamento.

No entanto, no que se refere aos usos de metodologias participativas propriamente ditos a perspectiva de participação considerada nem sempre se vincula a uma participação mais efetiva e que chega ao ponto da deliberação e decisão final, restringindo-se à consulta. A maioria dos trabalhos, na realidade, utiliza questionários e entrevistas simplesmente para aferir as opiniões das pessoas, isso quando usa dados de caráter qualitativo diretos da população beneficiária. Nada contra metodologias quantitativas e dados secundários, coletados de outros trabalhos já realizados: o problema é quando a participação é associada quase que exclusivamente a este tipo de informação, o que restringe muito a avaliação de seu caráter subjetivo, valores, experiências e aspectos próprios da avaliação que se deseja realizar, a partir dos seus próprios objetivos. Também é muito comum pouco cuidado com a descrição da metodologia utilizada, o que põe em dúvida o que realmente foi feito e como, assim como fica, sob certo ponto de vista, dificultada a replicabilidade do estudo. Além disso, parece ser comum uma perspectiva de participação relacionada mais aos seus gestores e responsáveis pelas políticas do que aos seus próprios beneficiários.

Apesar dos obstáculos de um processo que ainda se encontra em construção no campo das políticas públicas no Brasil, no que se refere ao âmbito do estudo proposto, a visão em pauta e seu escopo abrem espaço para o reconhecimento da relevância da dimensão da participação no processo avaliativo, desde uma perspectiva política e na dimensão da cidadania. Assim, a participação passa a ser defendida e exigida como uma dimensão integrante da avaliação da política pública, na medida em que oferece grande potencial de produzir efeitos *imediatos* sobre o fazer da política, criando outras dimensões e questões que possivelmente não foram previstas ou incorporadas

pelo seu desenho e plano de implementação, podendo, assim, requerer inclusive uma nova agenda, bem mais amplamente democrática, e por conseguinte, na perspectiva que aqui se defende, de cunho crítico. Ocorre que há ainda um longo caminho a se perseguir de modo a que estas ferramentas se desenvolvam a contento, isto é, como instrumentos potentes tanto como estratégia de melhoria das políticas públicas, como de sua democratização.

REFERÊNCIAS

BALESTRO, Moisés Villamil; MARINHO, Danilo Cortes Nolasco. Programa Seguro-Desemprego: o desafio de equilibrar proteção social e eficiência econômica. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 14, n. 1, p. 193-201, jan/jun, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/375/4235>>. Acesso em: 21 jun 2017.

CARNEIRO, Ana Maria; ANDRADE, Cibele Yahn; TELLES, Stella Maria Barberá da Silva. Avaliação continuada do Programa de Formação interdisciplinar Superior da UNICAMP: proposta metodológica. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, DF, n. 02, p. 26-45, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/rbma_02>. Acesso em: 22 jun 2017.

CHIANCA, Thomaz. Um modelo alternativo ao estudo experimental para inferir causalidade em avaliações do impacto de projetos sociais. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, DF, n. 09, p. 16-29, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/rbma_09>. Acesso em: 22 jun 2017.

D'ÁVILA, Cláudia Aparecida; SILVA, Sandro Pereira. Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 15, n.2, p. 335-346, jul/dez, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/851/872>>. Acesso em: 21 jun 2017.

GUSSI, Alcides Fernando et. al. Avaliação de Programas de Microcrédito do Banco do Nordeste. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 6, p. 4 – 21, jul./dez, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/_rbma_6>. Acesso em 22 jun 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino et al. Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação: os problemas dos programas públicos são. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Org.). **Cadernos Reflexões para a Ibero-américa**: avaliação de programas sociais. 1. ed. Brasília, DF, v. 1, p. 101-138, 2009.

JOPPERT, Marcia Paterno et. al. Avaliação da Iniciativa Selo UNICEF Município Aprovado – uma experiência participativa com utilização de métodos mistos. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, DF, n. 8, p. 92-118, jul-dez, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/_rbma_8>. Acesso em: 21 jun 2017.

LAISNER, Regina. A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática?. **Estudos de Sociologia**, v. 14, n. 26, p. 17-35, 2009.

LARIÚ, Cecília Ishikawa et. al. Avaliação qualitativa dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social: gestão, organização e implementação dos serviços socioassistenciais. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, DF, n. 7, p. 56-81, Jan./Jun, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/_rbma7>. Acesso em: 22 jun 2017.

LAVALLE, A. **Após a participação**: Nota Introdutória. Lua Nova, São Paulo, n. 84, p. 13-23, 2011.

LESSA, Michele et. al. Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: o Desafio da Intersetorialidade e da Participação Social em Processos de Gestão de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, DF, n. 7, p. 142-145, Jan./Jun, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/_rbma7>. Acesso em: 22 jun 2017.

MISSORELLI, Carolina; VASSIMON, Marisa; SOARES, Rosalina. Mobilização e Articulação Comunitária do Canal Futura: institucionalização do monitoramento e avaliação. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 04, p. 112-123, 2012, Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/rbma__04>. Acesso em: 22 jun 2017.

PARÉS, Marc. **Participación y calidad democrática**. Evaluando las nuevas formas de democracia participativa. Editorial Ariel, S. A., Barcelona, 2009.

PEREIRA NOVO, Maria et. al. Participação e implementação de políticas públicas diferenciadas: experiências de avaliação sobre comunidades quilombolas. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, DF, n. 02, p.138 – 150, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/rbma_02>. Acesso em: 22 jun 2017.

RABELO, Maria Desirée et. al. “Unidunitê”, o escolhido foi você! A Sociedade Civil no CMAS do Espírito Santo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 261-270, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1197/3867>>. Acesso em: 21 jun 2017.

ROSANVALLON, Pierre. **La legitimidade democrática**: imparcialidad, reflexividad, proximidad. Buenos Aires: Manantial, 2009.

SANTOS, Boaventura Souza (org.). **Democratizar a democracia** – os caminhos da democracia participativa. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Inalda Maria dos. Política de financiamento da Educação e participação da escola da comunidade na gestão da escola. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.22, n.2, p. 315-329, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/18887/11001>>. Acesso em: 20 jun 2017.

SILVA, Andrea Nunes da; SILVA, Christina Marília Teixeira da. Avaliação da gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 250 – 276, set./dez,2012. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/149/pdf>>. Acesso em: 22 jun 2017.